

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>262.452</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2017	Dividendo	28/07/2017	Ordinária		0,08744
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/07/2017	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2017	Dividendo	29/08/2017	Ordinária		0,13630
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2017	Ordinária		0,00822
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2017	Dividendo	29/09/2017	Ordinária		0,08692
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/09/2017	Ordinária		0,00822

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	1.842.196	1.835.216
1.01	Ativo Circulante	151.429	400.145
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.966	332.433
1.01.03	Contas a Receber	54.222	63.909
1.01.03.01	Clientes	54.222	63.909
1.01.03.01.01	Clientes	54.152	63.853
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	70	56
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.447	416
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.447	416
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.237	1.701
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.557	1.686
1.01.08.03	Outros	2.557	1.686
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.557	1.686
1.02	Ativo Não Circulante	1.690.767	1.435.071
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	406.039	84.411
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.154	23.264
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.154	23.264
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	378.885	61.147
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	64.673	61.147
1.02.01.09.04	Debêntures a receber	314.212	0
1.02.03	Imobilizado	31.525	35.157
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.525	35.157
1.02.04	Intangível	1.253.203	1.315.503
1.02.04.01	Intangíveis	1.253.203	1.315.503

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	1.842.196	1.835.216
2.01	Passivo Circulante	123.271	135.896
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.137	5.637
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.137	5.637
2.01.02	Fornecedores	20.230	17.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.230	17.159
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.064	10.476
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.064	10.476
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	10.064	10.476
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.551	30.444
2.01.04.02	Debêntures	18.551	30.444
2.01.05	Outras Obrigações	25.542	29.607
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.758	3.683
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.831	3.096
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	927	587
2.01.05.02	Outros	18.784	25.924
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.775	1.902
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	12.363	20.270
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.646	3.752
2.01.06	Provisões	42.747	42.573
2.01.06.02	Outras Provisões	42.747	42.573
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	26.006	26.825
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.741	15.748
2.02	Passivo Não Circulante	1.325.753	1.298.460
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.152.085	1.127.690
2.02.01.02	Debêntures	1.152.085	1.127.690
2.02.02	Outras Obrigações	8.028	15.810
2.02.02.02	Outros	8.028	15.810
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	0	7.427
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.028	8.383
2.02.04	Provisões	165.640	154.960
2.02.04.02	Outras Provisões	165.640	154.960
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	72.046	70.262
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	90.691	81.922
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.903	2.776
2.03	Patrimônio Líquido	393.172	400.860
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	97.822
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	37.313
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	29.625	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	266.049	749.468	238.621	677.767
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.701	-281.267	-104.738	-277.253
3.03	Resultado Bruto	160.348	468.201	133.883	400.514
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.735	-32.446	-12.388	-41.321
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.737	-32.584	-12.386	-41.304
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	138	0	0
3.04.04.01	Outras Receitas, Liquidas	2	138	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2	-17
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.613	435.755	121.495	359.193
3.06	Resultado Financeiro	-9.692	-40.255	-20.653	-93.220
3.06.01	Receitas Financeiras	14.752	37.876	12.728	34.274
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.444	-78.131	-33.381	-127.494
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	139.921	395.500	100.842	265.973
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.304	-127.613	-31.856	-83.232
3.08.01	Corrente	-43.850	-131.503	-35.424	-92.756
3.08.02	Diferido	-1.454	3.890	3.568	9.524
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	94.617	267.887	68.986	182.741
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	94.617	267.887	68.986	182.741
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,34994	0,99076	0,26285	0,69628

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	94.617	267.887	68.986	182.741
4.03	Resultado Abrangente do Período	94.617	267.887	68.986	182.741

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	452.268	419.212
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	608.628	530.251
6.01.01.01	Lucro Líquido	267.887	182.741
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	111.136	95.652
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	167	363
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	60.744	103.675
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-1.321	4.221
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	493	1.715
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.163	8.914
6.01.01.09	Tributos diferidos	-3.890	-9.524
6.01.01.11	Juros capitalizados	-348	-83
6.01.01.12	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	70	-14
6.01.01.13	Levantamento dos depósitos judiciais	451	751
6.01.01.14	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-773	-6.318
6.01.01.15	Constituição de provisão para manutenção	34.169	36.883
6.01.01.16	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	7.634	8.181
6.01.01.17	Juros ativos - Debentures privadas	-14.212	0
6.01.01.18	Obrigações com Poder Concedente	11.755	10.338
6.01.01.19	Provisão para imposto de renda e contribuição social	131.503	92.756
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-156.360	-111.039
6.01.02.01	Clientes	9.631	10.674
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.031	-2.754
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-536	-468
6.01.02.04	Outros créditos	-871	2.635
6.01.02.05	Fornecedores	3.071	75
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-412	-1.110
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	500	663
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	3.061	-3.025
6.01.02.09	Outras contas a pagar	540	-168
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-130.511	-88.087
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-3.204	-1.345
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.872	-1.179
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção	-33.726	-26.950
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-345.023	-59.843
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.952	-2.411
6.02.02	Aquisição de intangível	-42.071	-57.432
6.02.03	Debêntures privadas	-300.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-349.712	-258.673
6.03.01	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-25.768	-23.554
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-275.702	-189.170
6.03.07	Juros pagos	-48.242	-45.949
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-242.467	100.696



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	332.433	209.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.966	309.800

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-37.313	-238.262	0	-275.575
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.313	-218.806	0	-256.119
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.456	0	-19.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	267.887	0	267.887
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	29.625	0	393.172

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.019	-163.278	0	-189.297
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.019	-142.837	0	-168.856
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.441	0	-20.441
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	182.741	0	182.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.741	0	182.741
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	19.463	0	383.010

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	820.424	737.328
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	749.166	658.401
7.01.02	Outras Receitas	34.529	30.811
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	36.729	48.116
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-173.077	-193.065
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-148.086	-161.463
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.991	-31.602
7.03	Valor Adicionado Bruto	647.347	544.263
7.04	Retenções	-114.346	-95.652
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-111.106	-95.652
7.04.02	Outras	-3.240	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	533.001	448.611
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.876	34.274
7.06.02	Receitas Financeiras	37.876	34.274
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	570.877	482.885
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	570.877	482.885
7.08.01	Pessoal	27.191	27.697
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.810	20.547
7.08.01.02	Benefícios	5.965	5.826
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.416	1.324
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	195.329	142.793
7.08.02.01	Federais	156.218	108.388
7.08.02.03	Municipais	39.111	34.405
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	80.470	129.654
7.08.03.01	Juros	36.511	36.160
7.08.03.02	Aluguéis	2.339	2.125
7.08.03.03	Outras	41.620	91.369
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	267.887	182.741
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	19.456	20.441
7.08.04.02	Dividendos	218.806	142.837
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.625	19.463

## Comentário do Desempenho

# Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 3T17

**São Bernardo do Campo, 09 de novembro de 2017** – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017 (3T17) e aos primeiros nove meses de 2017 (9M17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016 (3T16) e aos primeiros nove meses de 2016 (9M16). Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

## DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- ✓ O volume de tráfego atingiu 16.058 mil veículos equivalentes pagantes no 3T17, com crescimento de 11,6% em relação ao 3T16.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$201,8 milhões no 3T17 (+21,4%) e R\$581,0 milhões no 9M17 (+18,2%). A margem EBITDA atingiu 83,0% no 3T17 (+4,7 p.p.) e 81,5% no 9M17 (+3,4 p.p.)
- ✓ A receita líquida atingiu R\$266,0 milhões no 3T17 (+11,6%) e R\$749,5 milhões no 9M17 (+5,0%).

Destaques (em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	16.058	14.394	11,6%	47.246	44.996	5,0%
Tarifa Média	16,11	15,42	4,5%	15,86	14,63	8,4%
Receita líquida	266,0	238,6	11,5%	749,5	677,8	10,6%
Lucro do período	94,6	69,0	37,2%	267,9	182,7	46,6%
EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	201,8	166,2	21,4%	581,0	491,7	18,2%
Margem EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	83,0%	78,3%	4,7 p.p.	81,5%	78,1%	3,4 p.p.
Capex	44,3	37,1	19,4%	79,0	86,8	-9,1%

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

<sup>2</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção

## COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 40 milhões de veículos pedagiados, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo.

A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001).

## Comentário do Desempenho

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Leves	8.509	7.725	10,1%	25.587	24.858	2,9%
Pesados	7.549	6.669	13,2%	21.659	20.139	7,5%
<b>Total</b>	<b>16.058</b>	<b>14.394</b>	<b>11,6%</b>	<b>47.246</b>	<b>44.996</b>	<b>5,0%</b>

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 16.058 mil no 3T17 e 14.394 mil no 3T16, aumento de 11,6%.

- ✓ **Veículos Leves** – crescimento de 10,1%, influenciado pelo aumento no fluxo de turistas e clima favorável.
- ✓ **Veículos Pesados** – crescimento de 13,2% no 3T17 influenciado positivamente pelo aumento das exportações de *commodities* agrícolas no Porto de Santos.

#### TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Ecovias dos Imigrantes	16,11	15,42	4,5%	15,86	14,63	8,4%

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 4,5% no 3T17, superior ao reajuste tarifário de 1,6% pelo IGP-M, aplicado em julho de 2017, em função da maior representatividade de tráfego nas praças de pedágio de barreira que possuem tarifas maiores. No caso do reajuste contratual anual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

#### RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$292,6 milhões no 3T17, aumento de 13,1%, sendo influenciada pelo crescimento nas receitas de pedágio.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Receitas de Pedágio	258,7	221,9	16,6%	749,2	658,4	13,8%
Receitas Acessórias	10,8	10,5	2,9%	34,5	30,8	12,1%
Receita de Construção	23,1	26,3	-12,4%	36,7	48,1	-23,7%
<b>Total</b>	<b>292,6</b>	<b>258,7</b>	<b>13,1%</b>	<b>820,4</b>	<b>737,3</b>	<b>11,3%</b>

- ✓ **Receita de Pedágio** - crescimento de 16,6% no 3T17, resultante do aumento no volume de tráfego pedagiado e reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2017.

## Comentário do Desempenho

- ✓ **Receita Acessória** - aumento de 2,9% no 3T17, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.
- ✓ **Receita de Construção** – redução de 12,4% devido, principalmente, ao menor nível de obras contratuais no período.

## CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 3T17 reduziram 0,6% e totalizaram R\$116,4 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$41,2 milhões, redução de 10,5% em relação ao 3T16.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Pessoal	7,4	8,9	-17,4%	27,2	27,7	-1,8%
Conservação e manutenção	2,5	2,3	5,7%	7,4	8,0	-7,4%
Serviços de terceiros	23,2	25,0	-7,1%	69,7	74,7	-6,6%
Seguros, poder concedente e locações	5,8	5,3	9,8%	17,1	16,2	6,0%
Outros	2,3	4,5	-47,9%	10,4	11,3	-8,6%
<b>Custos caixa</b>	<b>41,2</b>	<b>46,0</b>	<b>-10,5%</b>	<b>131,8</b>	<b>137,9</b>	<b>-4,4%</b>
Depreciação e amortização	37,4	32,2	16,0%	111,1	95,7	16,2%
Provisão manutenção ICPC 01	14,8	12,5	17,9%	34,2	36,9	-7,4%
Custo de construção de obras ICPC 01	23,1	26,3	-12,4%	36,7	48,1	-23,7%
<b>TOTAL</b>	<b>116,4</b>	<b>117,1</b>	<b>-0,6%</b>	<b>313,9</b>	<b>318,6</b>	<b>-1,5%</b>

- ✓ **Pessoal:** R\$7,4 milhões em 3T17, com redução 17,4% referente a reversão de contingência trabalhistas.
- ✓ **Conservação e manutenção:** R\$2,5 milhões no 3T17 aumento de 5,7%, resultante da manutenção de pavimentos.
- ✓ **Serviços de terceiros:** R\$23,2 milhões no 3T17, redução de 7,1% devido a readequação do contrato de prestação de serviços administrativos da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços.
- ✓ **Outros:** R\$2,3 milhões no 3T17, redução de 47,9% devido a reversão de provisões cíveis.
- ✓ **Provisão para manutenção:** R\$14,8 milhões no 3T17, 17,9% superior ao 3T16, devido às maiores provisões para manutenções futuras e não programadas em função de recuperações do pavimento e finalização de faixas adicionais.
- ✓ **Depreciação e amortização:** R\$37,4 milhões no 3T17, 16,0% superior ao 3T16, devido a maior base de ativos da Companhia.

## EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$201,8 milhões no 3T17, com margem EBITDA de 83,0%. O EBITDA, no 3T17, foi de R\$187,0 milhões (margem EBITDA 70,3%).

## Comentário do Desempenho

<b>EBITDA</b> (em milhões de R\$)	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.</b>	<b>9M17</b>	<b>9M16</b>	<b>Var.</b>
Lucro líquido	94,6	69,0	37,2%	267,9	182,7	46,6%
Imposto de renda e contribuição social	45,3	31,9	42,2%	127,6	83,2	53,3%
Resultado Financeiro	9,7	20,7	-53,1%	40,3	93,2	-56,8%
Depreciação e amortização	37,4	32,2	16,0%	111,1	95,7	16,2%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>187,0</b>	<b>153,7</b>	<b>21,6%</b>	<b>546,9</b>	<b>454,8</b>	<b>20,2%</b>
<b>Margem EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>70,3%</b>	<b>64,4%</b>	<b>5,9 p.p.</b>	<b>73,0%</b>	<b>67,1%</b>	<b>5,9 p.p.</b>
Provisão para manutenção <sup>2</sup>	14,8	12,5	17,9%	34,2	36,9	-7,4%
<b>EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>201,8</b>	<b>166,2</b>	<b>21,4%</b>	<b>581,0</b>	<b>491,7</b>	<b>18,2%</b>
<b>Margem EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>83,0%</b>	<b>78,3%</b>	<b>4,7 p.p.</b>	<b>81,5%</b>	<b>78,1%</b>	<b>3,4 p.p.</b>

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T17 foi negativo em R\$9,7 milhões, redução de 53,1% devido, a redução da variação do IPCA (indexador das debêntures) quando comparado com o mesmo período do 3T16.

<b>Resultado Financeiro</b> (em milhares de R\$)	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.</b>	<b>9M17</b>	<b>9M16</b>	<b>Var.</b>
Juros sobre Debêntures	(12,3)	(12,3)	-0,1%	(36,5)	(36,2)	1,0%
Variação Monetária sobre Debêntures, líquida	(1,7)	(13,0)	-86,9%	(22,1)	(65,7)	-66,4%
Variação Monetária sobre Direito de Outorga	(0,2)	(0,6)	-69,7%	1,3	(4,2)	-131,3%
Receitas de Aplicações Financeiras	9,2	10,2	-10,2%	30,1	27,6	9,1%
Ajuste a Valor Presente	(2,5)	(2,7)	-6,7%	(7,6)	(8,2)	-6,7%
Outros Efeitos Financeiros	(2,2)	(2,3)	-5,5%	(5,5)	(6,6)	-17,1%
<b>TOTAL</b>	<b>(9,7)</b>	<b>(20,7)</b>	<b>-53,1%</b>	<b>(40,3)</b>	<b>(93,2)</b>	<b>-56,8%</b>

## LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$94,6 milhões no 3T17, crescimento de 37,2% em relação ao 3T16.

## ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou setembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$90,0 milhões. O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$1.183,0 milhões em 30 de setembro de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente), foi de R\$1.080,7, aumento de 30,9% quando comparado com 31 de dezembro de 2016.



## Comentário do Desempenho

<b>Endividamento</b> (em milhões de R\$)	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Var.</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>18,6</b>	<b>30,4</b>	<b>-39,1%</b>
Debêntures	18,6	30,4	-39,1%
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.152,1</b>	<b>1.127,7</b>	<b>2,2%</b>
Debêntures	1.152,1	1.127,7	2,2%
<b>Endividamento Financeiro Bruto<sup>1</sup></b>	<b>1.170,6</b>	<b>1.158,1</b>	<b>1,1%</b>
Obrigações com Poder Concedente	12,4	20,3	-39,0%
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>1.183,0</b>	<b>1.178,4</b>	<b>0,4%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	90,0	332,4	-72,9%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.093,0</b>	<b>846,0</b>	<b>29,2%</b>
<b>Endividamento Financeiro Líquido<sup>1</sup></b>	<b>1.080,7</b>	<b>825,7</b>	<b>30,9%</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente

## CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$44,3 milhões no 3T17. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

<b>CAPEX (em milhares de R\$)</b>	<b>3T17</b>			<b>9M17</b>		
	<b>Intangível/ Imobilizado</b>	<b>Custo de Manutenção</b>	<b>Total</b>	<b>Intangível/ Imobilizado</b>	<b>Custo de Manutenção</b>	<b>Total</b>
Ecovias dos Imigrantes	22,8	21,5	44,3	45,3	33,7	79,0

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$277,7 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 14.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2017.

### 2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br).

### 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia.

## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa e bancos	<b>5.167</b>	7.846
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	<b>83.726</b>	319.363
Aplicações automáticas (b)	<b>1.073</b>	5.224
	<b>89.966</b>	332.433

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 24,4% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 55,5% em Operações Compromissadas, 3,0% em Letra Financeira (LF), 17,1% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,9% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor, a referida aplicação possui liquidez imediata.

### 5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Pedágio eletrônico	<b>50.531</b>	60.479
Receitas acessórias	<b>1.882</b>	1.599
Outras contas a receber	<b>2.086</b>	2.052
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (*)	<b>(347)</b>	(277)
	<b>54.152</b>	63.853

(\*) refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

## Notas Explicativas

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	53.755	62.647
Vencidos:		
Até 30 dias	146	1.003
De 31 a 60 dias	86	95
De 61 a 90 dias	87	57
De 90 a 120 dias	78	51
Acima de 120 dias	347	277
	<u>54.499</u>	<u>64.130</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo inicial	277	245
Constituição de PECLD no período	379	194
Valores recuperados no período	(309)	(208)
	<u>347</u>	<u>231</u>

## 6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo no início do período	61.147	60.135
Adições	3.204	1.345
Baixas	(451)	(751)
Atualização monetária	773	6.318
Saldo no fim do período	<u>64.673</u>	<u>67.047</u>



## Notas Explicativas

## 8. Intangível

	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2016	Adições	Transf.	Saldos em 30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
<b>Taxas médias anuais de amortização %</b>										
Contratos de concessão	2.369.815	21.322	(363)	(3.894)	2.386.880	(85.220)	8	(1.115.225)	1.271.655	1.342.802
Softwares de terceiros	8.259	372	-	(26)	8.605	(728)	16	(6.285)	2.320	2.686
Intangível em andamento	387	35.821	-	2.607	38.815	-	-	-	38.815	387
	<b>2.378.461</b>	<b>57.515</b>	<b>(363)</b>	<b>(1.313)</b>	<b>2.434.300</b>	<b>(88.948)</b>	<b>24</b>	<b>(1.121.510)</b>	<b>1.312.790</b>	<b>1.345.875</b>
<b>Taxas médias anuais de amortização %</b>										
Contratos de concessão (i)	2.445.201	17.262	(167)	74	2.462.370	(103.754)	-	(1.242.810)	1.219.560	1.306.145
Softwares de terceiros	8.977	219	-	-	9.196	(768)	-	(7.303)	1.893	2.442
Intangível em andamento (iii)	6.916	24.908	-	(74)	31.750	-	-	-	31.750	6.916
	<b>2.461.094</b>	<b>42.389</b>	<b>(167)</b>	<b>-</b>	<b>2.503.316</b>	<b>(104.552)</b>	<b>-</b>	<b>(1.250.113)</b>	<b>1.253.203</b>	<b>1.315.503</b>

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de setembro de 2017 é de 5,63% ao ano (4,94% ao ano em 30 de setembro de 2016).

(iii) Os principais valores concentram-se na manutenção e implantação de dispositivo e restauração do pavimento.

No período findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados encargos financeiros de R\$348 (R\$83 em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de setembro de 2017 foi de 1,36% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 1,21% a.a. para o período findo em 30 de setembro de 2016.

## Notas Explicativas

### 9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

#### a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/09/2017	30/09/2017
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.257	1.235	(1.151)	<b>6.341</b>	<b>84</b>
Provisão para férias e encargos de diretores	161	45	(6)	<b>200</b>	<b>39</b>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	46	54	(55)	<b>45</b>	<b>(1)</b>
Provisão para manutenção	38.554	4.162	(1.415)	<b>41.301</b>	<b>2.747</b>
AVP ônus Concessão	1.317	-	(899)	<b>418</b>	<b>(899)</b>
Juros capitalizados	(389)	(61)	37	<b>(413)</b>	<b>(24)</b>
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	(22.682)	-	1.944	<b>(20.738)</b>	<b>1.944</b>
<b>IR e CS diferido - ativo (i)</b>	<b>23.264</b>	<b>5.435</b>	<b>(1.545)</b>	<b>27.154</b>	
<b>Receita (despesa) de IR e CS diferido</b>					<b>3.890</b>

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$27.154 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/09/2017	31/12/2016
2017	<b>1.549</b>	5.809
2018	<b>5.992</b>	5.647
2019	<b>6.286</b>	4.846
2020	<b>5.571</b>	4.846
Após 2021	<b>7.756</b>	2.116
	<b>27.154</b>	23.264

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

#### b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

**Notas Explicativas**

	<b>30/09/2017</b>	<b>30/09/2016</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>395.500</b>	265.973
Alíquota	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	<b>(134.470)</b>	(90.431)
Juros sobre o capital próprio	<b>6.615</b>	6.950
Despesas indedutíveis	<b>(3)</b>	(9)
Gratificações diretores	<b>(77)</b>	(116)
Incentivos fiscais (PAT)	<b>303</b>	356
Outros	<b>19</b>	18
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<b>(127.613)</b>	(83.232)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	<b>(131.503)</b>	(92.756)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<b>3.890</b>	9.524
Taxa efetiva	<b>32,3%</b>	31,3%

**10. Debêntures**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Principal corrigido	<b>1.165.345</b>	1.143.283
Remuneração (juros)	<b>21.941</b>	33.671
Custos com emissão de debêntures	<b>(16.650)</b>	(18.820)
	<b>1.170.636</b>	1.158.134
Circulante	<b>18.551</b>	30.444
Não circulante	<b>1.152.085</b>	1.127.690

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<b>30/09/2017</b>	<b>30/09/2016</b>
Saldo inicial	<b>1.158.134</b>	1.083.209
Pagamento de juros	<b>(48.242)</b>	(45.949)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	<b>60.744</b>	103.675
Saldo final	<b>1.170.636</b>	1.140.935

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses inferior a 3,5x e (ii) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses / Despesa Financeira Líquida Superior a 2,0x, calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora.

Os índices medidos em 30 de setembro de 2017 foram: (i) 1,40x e (ii) 15,26x (Índices não revisados pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.



## Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	(1.111)	(1.111)	-	(3.442)	(3.442)
2019	132.275	(2.942)	129.333	129.772	(2.942)	126.830
2020	132.275	(2.653)	129.622	129.771	(2.653)	127.118
2021	-	(2.874)	(2.874)	-	(2.874)	(2.874)
2022	300.243	(2.056)	298.187	294.557	(2.057)	292.500
2023 e 2024	600.553	(1.625)	598.928	589.183	(1.625)	587.558
	<b>1.165.346</b>	<b>(13.261)</b>	<b>1.152.085</b>	<b>1.143.283</b>	<b>(15.593)</b>	<b>1.127.690</b>

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão (*)	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	9,34% a.a.
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	8,93% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.361)</u>	<u>850.639</u>		

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou desajustes quando das emissões dos valores mobiliários listados.

## 11. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas direta ou indiretamente ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	5.831	-	37.711	19.427
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	61	-	-	214	-	-
Conc. Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. (e)	Outras partes	9	-	-	-	-	-
CBB Indústria e Comércio Asfaltos Ltda (c)	Outras partes	-	4.644	856	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda (c)	Outras partes	-	448	71	-	-	-
CR Almeida Engenharia e Serviços S.A. (d)	Outras partes	-	11.385	-	-	-	-
<b>Total em 30 de setembro de 2017</b>		<b>70</b>	<b>16.477</b>	<b>6.758</b>	<b>214</b>	<b>37.711</b>	<b>19.427</b>
Total em 31 de dezembro de 2016		56	55.460	3.683			
Total em 30 de setembro de 2016					198	25.024	36.267

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$76.184, o saldo em aberto de R\$5.831 em 30 de setembro de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (b) Locação prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$24 (R\$22 em 31 de dezembro de 2016).
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Serviços S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$53.176, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços foi setembro de 2017 e em 30 de setembro de 2017 há um saldo de serviços a realizar de R\$32.745. O saldo em aberto de R\$927 em 30 de setembro de 2017, sobre serviços já incorridos, tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (d) A CR Almeida Engenharia e Serviços S.A., presta serviços de execução de obras nas rodovias e trechos que do SAI – Sistema Anchieta Imigrantes, das obras de recuperação de pavimento flexível e usinagem. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$40.200. O prazo para execução desses serviços é janeiro de 2018 e em 30 de setembro de 2017 foram realizados R\$28.860. Em 30 de setembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.
- (e) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Em 12 de abril de 2017, a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 30.000 debêntures pelo valor unitário de R\$10 mil, totalizando o montante de R\$300.000 mil. A Companhia adquiriu a totalidade das debêntures. O prazo de vigência das referidas debêntures será de 96 meses da data de emissão, vencendo-se, principal e juros em 12 de abril de 2025. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente à taxa de 105,5% do CDI. As debêntures foram registradas em nome da controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. na CETIP, sendo a liquidação financeira dos eventos realizados através da mesma. As debêntures poderão ser registradas perante a CETIP para negociação no mercado secundário. No período findo em 30 de setembro de 2017, foram reconhecidos ao resultado à título de juros o montante de R\$14.212 (vide nota explicativa nº 19). O montante de R\$314.212 está registrado na rubrica Debêntures a receber.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 no montante R\$1.300. A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	638
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	134
Seguro de vida	1
Assistência saúde	40
Previdência privada	35
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	161
	<u>1.009</u>

## 12. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,91% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/09/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	402.784	45.978	-	-	448.762
Efeito do valor presente sobre a constituição	(64.890)	(9.095)	-	-	(73.985)
Realização da manutenção	(285.913)	-	(26.950)	-	(312.863)
Ajuste a valor presente - realizações	34.274	-	-	8.054	42.328
	<u>86.255</u>	<u>36.883</u>	<u>(26.950)</u>	<u>8.054</u>	<u>104.242</u>
Circulante	19.289				11.561
Não circulante	66.966				92.681

  

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/09/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	468.653	42.624	-	-	511.277
Efeito do valor presente sobre a constituição	(75.327)	(8.455)	-	-	(83.782)
Realização da manutenção	(329.592)	-	(33.726)	-	(363.318)
Ajuste a valor presente - realizações	45.013	-	-	7.507	52.520
	<u>108.747</u>	<u>34.169</u>	<u>(33.726)</u>	<u>7.507</u>	<u>116.697</u>
Circulante	26.825				26.006
Não circulante	81.922				90.691

## Notas Explicativas

### 13. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Efeito financeiro	30/09/2016
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.977	127	5.104
	<b>2.607</b>	<b>127</b>	<b>2.734</b>
Não circulante	2.607		2.734

  

	31/12/2016	Efeito financeiro	30/09/2017
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	5.146	127	5.273
	<b>2.776</b>	<b>127</b>	<b>2.903</b>
Não circulante	2.776		2.903

### 14. Obrigações com Poder Concedente

	30/09/2017	31/12/2016
Parcelas fixas (a)	10.941	26.249
Parcelas variáveis (b)	1.422	1.448
	<b>12.363</b>	<b>27.697</b>
Circulante	12.363	20.270
Não circulante	-	7.427

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de setembro de 2017, restam 7 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 97,08% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de setembro de 2017 o desconto de R\$1.063 (R\$1.904, devedor, em 30 de setembro de 2016), somado à atualização monetária do direito de outorga credora de R\$258 (R\$2.317, devedor, em 30 de setembro de 2016), e foi totalizado o valor líquido credor de R\$1.321 (R\$4.221, devedor, em 30 de setembro de 2016) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

## Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	7.427
	-	7.427

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo inicial	<b>27.697</b>	40.762
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa n° 19)	<b>(1.321)</b>	4.221
Custo (vide Nota Explicativa n° 18)	<b>11.755</b>	10.338
Pagamento principal e atualização	<b>(25.768)</b>	(23.554)
Saldo final	<b>12.363</b>	31.767

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo menor dos índices entre IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	<u>Previsão de 2017 ao fim da concessão</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	87.772	115.064
Conservação especial (manutenção)	195.176	228.847
Equipamentos	43.668	43.057

### 15. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	<b>59.934</b>	<b>3.751</b>	<b>5.340</b>	<b>69.025</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	<b>(109)</b>	<b>1.001</b>	<b>823</b>	<b>1.715</b>
(-) Pagamentos	<b>(317)</b>	<b>(862)</b>	<b>-</b>	<b>(1.179)</b>
(+) Atualização monetária	<b>7.099</b>	<b>767</b>	<b>1.048</b>	<b>8.914</b>
Saldos em 30 de setembro de 2016	<b>66.607</b>	<b>4.657</b>	<b>7.211</b>	<b>78.475</b>
	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributárias (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	<b>57.882</b>	<b>4.713</b>	<b>7.667</b>	<b>70.262</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	<b>(186)</b>	<b>2</b>	<b>677</b>	<b>493</b>
(-) Pagamentos	<b>(874)</b>	<b>(998)</b>	<b>-</b>	<b>(1.872)</b>
(+) Atualização monetária	<b>2.374</b>	<b>740</b>	<b>49</b>	<b>3.163</b>
Saldos em 30 de setembro de 2017	<b>59.196</b>	<b>4.457</b>	<b>8.393</b>	<b>72.046</b>

#### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2017, R\$13.005 (R\$10.246 em 31 de dezembro

## Notas Explicativas

de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 30 de setembro de 2017 este valor atualizado é de R\$46.065, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “Contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 30 de setembro de 2017, o valor atualizado desse depósito judicial é de R46.065.

### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$20.656 (R\$12.526 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

### (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2017, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$24.673 (R\$22.924 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

### b) Capital autorizado

## Notas Explicativas

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

### c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 30 de setembro de 2017 totalizando R\$275.702 refere-se a: R\$37.313 saldo de dividendos remanescentes de 2016, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2016; R\$218.806 dividendos intermediários do exercício de 2017, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2018; R\$1.902 de juros sobre o capital próprio remanescente de 2016 e R\$17.681 (dos R\$19.456 contabilizados) a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

## 17. Receita líquida

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	90.986	77.106	267.894	234.545
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	150.603	133.906	434.446	384.421
Vale-pedágio	17.013	10.730	46.464	39.035
Outras	121	145	362	400
	<b>258.723</b>	221.887	<b>749.166</b>	658.401
Receitas com construção	23.071	26.331	36.729	48.116
Receitas acessórias (b)	10.792	10.486	34.529	30.811
	<b>33.863</b>	36.817	<b>71.258</b>	78.927
Receita bruta	<b>292.586</b>	258.704	<b>820.424</b>	737.328
Deduções de receita (c)	(26.537)	(20.083)	(70.956)	(59.561)
Receita líquida	<b>266.049</b>	238.621	<b>749.468</b>	677.767

(a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

**Notas Explicativas**

	<b>Três meses findo em</b>		<b>Nove meses findo em</b>	
	<b>30/09/2017</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2017</b>	<b>30/09/2016</b>
Base de cálculo de impostos				
Receitas com arrecadação de pedágio	<b>258.723</b>	221.887	<b>749.166</b>	658.401
Receitas acessórias	<b>10.792</b>	10.486	<b>34.529</b>	30.811
	<b>269.515</b>	232.373	<b>783.695</b>	689.212
Deduções				
COFINS (3%)	<b>(8.086)</b>	(6.971)	<b>(23.511)</b>	(20.676)
PIS (0,65%)	<b>(1.751)</b>	(1.510)	<b>(5.094)</b>	(4.480)
ISS (2% a 5%)	<b>(13.460)</b>	(11.602)	<b>(39.111)</b>	(34.405)
Devoluções e abatimentos	<b>(3.240)</b>	-	<b>(3.240)</b>	-
	<b>(26.537)</b>	(20.083)	<b>(70.956)</b>	(59.561)

**18. Custos e despesas operacionais - por natureza**

	<b>Três meses findo em</b>		<b>Nove meses findo em</b>	
	<b>30/09/2017</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2017</b>	<b>30/09/2016</b>
Pessoal	<b>7.364</b>	8.915	<b>27.191</b>	27.697
Conservação e manutenção	<b>2.477</b>	2.343	<b>7.443</b>	8.035
Serviços de terceiros (a)	<b>23.246</b>	25.015	<b>69.703</b>	74.660
Seguros	<b>876</b>	1.080	<b>3.043</b>	3.705
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 14)	<b>4.042</b>	3.485	<b>11.755</b>	10.338
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 12)	<b>14.784</b>	12.537	<b>34.169</b>	36.883
Custos com construção	<b>23.071</b>	26.330	<b>36.729</b>	48.116
Depreciações e amortizações	<b>37.363</b>	32.216	<b>111.106</b>	95.652
Locações de imóveis e máquinas	<b>874</b>	711	<b>2.339</b>	2.126
Outros custos e despesas operacionais	<b>2.341</b>	4.492	<b>10.373</b>	11.345
	<b>116.438</b>	117.124	<b>313.851</b>	318.557
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	<b>105.701</b>	104.738	<b>281.267</b>	277.253
Despesas gerais e administrativas	<b>10.737</b>	12.386	<b>32.584</b>	41.304
	<b>116.438</b>	117.124	<b>313.851</b>	318.557

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.



## Notas Explicativas

### 19. Resultado financeiro

	Três meses		Nove meses	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.836	10.196	15.872	27.575
Variação monetária sobre debêntures	5.656	-	5.656	-
Variação monetária sobre créditos fiscais	119	2.265	773	6.406
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	(167)	-	1.321	-
Juros ativos sobre debêntures privadas	7.323	-	14.212	-
Outros	(15)	267	42	293
	<b>14.752</b>	<b>12.728</b>	<b>37.876</b>	<b>34.274</b>
Juros sobre debêntures	(12.272)	(12.281)	(36.511)	(36.160)
Variação monetária sobre debêntures	(7.365)	(13.007)	(27.720)	(65.660)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(551)	-	(4.221)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(487)	(254)	(2.169)	(1.855)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.545)	(2.727)	(7.634)	(8.181)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(916)	(3.651)	(1.627)	(8.914)
Outras	(859)	(910)	(2.470)	(2.503)
	<b>(24.444)</b>	<b>(33.381)</b>	<b>(78.131)</b>	<b>(127.494)</b>
Resultado financeiro	<b>(9.692)</b>	<b>(20.653)</b>	<b>(40.255)</b>	<b>(93.220)</b>

### 20. Lucro por ação

#### a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/09/2017	30/09/2016
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	267.887	182.741
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<b>0,99</b>	<b>0,70</b>

#### b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que

## Notas Explicativas

suas controladas possam manter suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

### Índices de endividamento

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	<b>1.182.999</b>	1.185.831
Caixa e equivalentes de caixa	<b>(89.966)</b>	(332.433)
Dívida líquida	<b>1.093.033</b>	853.398
Patrimônio líquido (ii)	<b>393.172</b>	400.860
Índice de endividamento líquido	<b>2,78</b>	2,13

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n<sup>os</sup> 10 e 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Considerações gerais:

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa remunerados a taxa média ponderada de 99,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2017 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	<b>5.167</b>	<b>5.167</b>
Aplicações financeiras (i)	Empréstimos e recebíveis	<b>84.799</b>	<b>84.799</b>
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	<b>54.152</b>	<b>54.152</b>
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	<b>20.230</b>	<b>20.230</b>
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	<b>1.170.636</b>	<b>1.170.636</b>

## Notas Explicativas

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	<b>12.363</b>	<b>12.363</b>
Phantom Stock option (iv)	Outros passivos financeiros	<b>198</b>	<b>198</b>

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) As debêntures e obrigações com Poder Concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

### Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

#### a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

#### b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$41.549 (R\$52.132 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

#### c) *Risco de liquidez*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de

## Notas Explicativas

recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</b>	<b>Próximos 12 meses</b>	<b>Entre 13 e 24 meses</b>	<b>Entre 25 e 36 meses</b>	<b>37 meses em diante</b>
Obrigações com Poder Concedente	IGP-M	11.076	-	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	14.717	145.424	143.655	-
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	56.417	40.308	41.473	1.140.951

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Juros a incorrer (*)</b>		
		<b>Cenário I - provável</b>	<b>Cenário II - 25%</b>	<b>Cenário III - 50%</b>
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	4.685	3.514	2.343
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(72.605)	(73.575)	(74.548)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (c)	Alta do IGP-M	(73)	(93)	(113)
Juros a incorrer, Líquidos		<u>(67.993)</u>	<u>(70.154)</u>	<u>(72.318)</u>

(\*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

<b>Indicador</b>	<b>Cenário I - provável</b>	<b>Cenário II - 25%</b>	<b>Cenário III - 50%</b>
CDI (a)	7,00%	5,25%	3,50%
IPCA (b)	3,97%	4,96%	5,96%
IGP-M (c)	4,47%	5,59%	6,71%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3